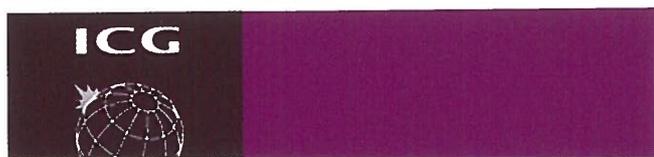


:BLOCO DE NOTAS Alexandra Prado Coelho**■ ISLAMISTAS ESSENCIAIS PARA A DEMOCRACIA**

Um dos grandes projectos da Administração norte-americana é a democratização do chamado Grande Médio Oriente. Em 2004 assistimos a uma redução gradual dos inicialmente ambiciosos objectivos. Qual será o futuro deste projecto? Um artigo dos analistas Marina Ottaway e Thomas Carothers na *Foreign Policy* dá algumas pistas. Contrariando várias ideias feitas sobre o assunto (como a de que a democracia no Médio Oriente é impossível enquanto o conflito israelo-palestiniano não estiver resolvido), os autores insistem num ponto: os islamistas não são o principal obstáculo à democracia nos países árabes. Ottaway e Carothers lembram que partidos e candidatos islamistas participaram em eleições em oito países árabes (Argélia, Bahrein, Egipto, Jordânia, Kuwait, Líbano, Marrocos e Iémen) e obtiveram sempre resultados modestos, enquanto na Turquia chegaram ao poder, numa experiência que se tem revelado positiva. Não negando que existe o risco de uma vitória islamista pôr fim à democracia nalgum país, sublinham que os islamistas «são parte integrante da democratização porque são os únicos partidos não governamentais que têm grandes bases de apoio». Por isso, concluem, «sem a sua participação a democracia é impossível no Médio Oriente».

■ COMO SALVAR O IRAQUE?

O Internacional Crisis Group aconselha os EUA a tomarem algumas medidas radicais no Iraque que passam, sobretudo, por uma alteração da forma de olhar para a situação. «O processo de transição, da forma como está concebido, não pode ter sucesso», conclui aquela organização de prevenção e resolução de conflitos. Todo o processo «está demasiado desacreditado, demasiado manchado e demasiado associado aos EUA, nos quais os iraquianos perderam a fé, para poder ser salvo por pequenas correcções». Os EUA devem, por isso, em primeiro lugar, definir objectivos muito claros: que papel, a nível político e militar, vão querer desempenhar no futuro? «Sem uma declaração pública desses objectivos, tanto os iraquianos como os não iraquianos projectaram os seus piores – e muitas vezes contraditórios – receios na iniciativa americana», explica o relatório do ICG. É essencial, entre muitas outras coisas, que os EUA reconheçam que «a revolta não está confinada a um número limitado de fanáticos isolados da população, mas é alimentada por sentimentos nacionalistas e de desconfiança em relação aos EUA»; e que «o actual proces-

so de transição não é a resposta para o défice de legitimidade, mas uma das suas causas». Quanto à estratégia para combater a rebelião, o ICG aconselha a que se aposte mais na conquista do apoio da população do que na eliminação dos rebeldes, e a que se subordinem as operações militares a iniciativas políticas e económicas, nomeadamente propostas de amnistia.

■ NÃO ESQUECER DARFUR

O acordo de paz assinado na primeira semana de Janeiro entre o Governo e os rebeldes do Exército Popular de Libertação do Sudão pode ser um momento histórico para este país, considera o Programa para a Reconstrução Pós-Conflito do Centro de Estudos Estratégicos e Internacionais de Washington. Mas a questão fundamental é a de saber se este acordo vai permitir um novo esforço internacional para resolver a questão do Darfur ou se, pelo contrário, vai fazer esquecer a tragédia nesta província sudanesa. O instituto defende que as Nações Unidas deveriam aproveitar a oportunidade para enviar imediatamente a força de manutenção da paz e colocar a força da União Africana, que actualmente se encontra no Darfur, sob a tutela da ONU, dando-lhe um mandato mais forte e maior apoio. Se o Darfur for esquecido, «poderá acabar por afundar o acordo assinado mesmo antes de este começar a ser aplicado».

**■ CÁUCASO PODE SER O NOVO AFGANISTÃO**

Numa entrevista/almoço com um jornalista do *Financial Times*, o juiz francês Jean-Louis Bruguière, especialista em terrorismo islâmico, contesta a ideia de que o conflito israelo-palestiniano está a fomentar o extremismo noutros pontos do mundo, e afirma que a atenção dada a esta questão está a fazer esquecer outra que, na sua opinião, é muito mais preocupante: o Cáucaso. O juiz considera que a deterioração da situação na Tchetchénia e no Cáucaso em geral não está a receber a devida atenção. «É uma grande irresponsabilidade ver a Tchetchénia como um problema exclusivamente da Rússia e não do mundo», afirma, sublinhando que a maioria dos militantes que operam na república rebelde estão ligados à al-Qaida. Na Tchetchénia já não existe apenas um movimento de luta pela independência, mas um «movimento jihadista». E o juiz mostra-se convencido de que «no futuro o Cáucaso poderá ser o porta-aviões de onde os grupos islamistas lançam operações». «Poderá ser um novo Afeganistão, mas mais próximo».

